

Bárbaros e romanos na escolha do Imperador no século IV d.C. : os exemplos de Joviano e Valentiniano I em Amiano Marcelino¹

Bruna Campos Gonçalves²

Resumo: Nesse artigo, observaremos como a interação dos estrangeiros com os romanos, durante o século IV d.C., influenciou na aclamação dos Imperadores: Joviano e Valentiniano I. Salientamos que esses Imperadores foram eleitos pelo Exército Romano, sendo eles próprios membros da força bélica romana. Para compreendermos essa questão, nos apoiamos no tratamento documental da obra de Amm, *Res Gestae*, assim como, também, estamos atentos para a recente historiografia sobre o tema em questão. Cabe ressaltar que estamos tratando do período denominado por muito estudiosos de Antiguidade Tardia.

Palavras-chave: Amiano Marcelino; Identidade; Sucessão Imperial.

Introdução:

No percurso desse artigo, observaremos como a interação dos estrangeiros com os romanos durante o século IV d.C. influenciaram na aclamação dos imperadores, em especial de Joviano e Valentiniano I. Durante essa análise nos apoiamos no tratamento documental da obra de Amiano Marcelino, a *Res Gestae* ou Histórias, assim como, também, estamos atentos para a recente historiografia sobre o tema em questão. Cabe ressaltar, que estamos tratando de um período polêmico entre os estudiosos da área, tendo os que acreditam num Império decadente e aqueles que como nós trabalham com o conceito de Antiguidade Tardia.

Como ressaltou Henri-Irénée Marrou, a Antiguidade Tardia foi marcada por “sua originalidade e deve ser julgada por ela mesma e não através dos cânones dos anos anteriores” (MARROU, 1977: 13). O que Jean-Michel Carrié complementa, anos mais tarde, afirmando que se trata de um “período da História que não é nem o fim de um mundo, nem o começo de outro, mas tudo isso ao mesmo tempo” (CARRIÉ, 1999: 25). Ou seja, a sociedade romana, nesse

¹ Este artigo faz parte da pesquisa de Iniciação Científica intitulada “A visão de Amiano Marcelino sobre a sucessão do poder imperial romano em um período de *barbarização* do Exército”, que foi realizada com a orientação da Profa. Dra.Margarida Maria de Carvalho e com o financiamento da agência de fomento FAPESP.

² Mestranda do programa de pós-graduação em História da UNESP / Campus Franca, sobre a orientação da Professora Doutora Margarida Maria de Carvalho, e com auxílio FAPESP.

momento, tem suas próprias particularidades, e deve ser estudada por si própria. Dentre as mudanças que estava ocorrendo, ressaltamos a crescente relação entre *bárbaros* e romanos na sociedade e, principalmente, no exército romano.

Apesar de ter historiadores que acreditam que os estrangeiros colaboraram com o colapso do Império Romano, cremos que a interação entre romanos e outros povos enriqueceram a tardo-antiguidade, na medida em que contribuía na construção de uma nova identidade. A confluência com a cultura estrangeira concedeu aos romanos novas características, tanto no âmbito social, como cultural e político. No momento que diferentes culturas entram em contato, ocorre um intercâmbio de saberes; assim, tanto o romano aderiu a si características de outros povos, dos quais teve contato, como o *bárbaro*, também, absorveu a cultura romana.

Mediante a leitura e análise da obra *Res Gestae*, Histórias, de Amm, percebemos a interação cultural entre romanos e estrangeiros, principalmente nos campos de batalhas. O historiador³ Amiano em sua juventude fez parte do Exército romano, como *protectores domestici*⁴, tendo presenciado inúmeras batalhas. Sua participação no exército romano lhe rendeu muita experiência a qual procurou compartilhar em seu livro, nos legando, dessa forma, um extenso material sobre o período que cobre os reinados dos Imperadores: Constâncio II (337-361 d.C.), Juliano (361-363 d.C.), Joviano (363-364 d.C.), Valentiniano I (364-375 d.C.), Valente (364-378 d.C.), Graciano (375-383 d.C.), e Valentiniano II (378-392 d.C.), focalizando, sobretudo, os aspectos militares dos governos desses príncipes.

Embora acreditasse estar fazendo um relato verídico de tudo que aconteceu, deixa transparecer em sua narrativa, mesmo que inconscientemente, sua subjetividade; isto é, não conseguiu deixar de lado sua “posição social” e o seu “condicionamento histórico” (BURKE, 2003: 17). Incorporou, dessa forma, elementos do seu presente, não esquecendo que nesse momento muitos *Bárbaros* já faziam parte da sociedade romana.

A escolha dos livros XXV, XXVI e XXVII se deve ao fato de ser neles que Amiano narra à ascensão de dois imperadores, que apresentaram novos elementos na sucessão Imperial, Joviano e Valentiniano I, ambos eleitos pelo Exército. Findam, dessa maneira, com o ideal dinástico que

³ Utilizamos este termo, historiador, levando em consideração que não existem regras absolutas, de validade universal, para a escrita da História; assim, sua narrativa histórica é construída por paráfrases e por suas experiências e não por uma leitura crítica da documentação disponível, como faria um historiador moderno.

⁴ Segundo Gilvan Ventura da Silva (2007: 168) *protectores domestici* significava ser um ‘burocrata a serviço dos comandantes militares’, auxiliares de campo gerais, sendo assim, responsáveis pela atualização dos efetivos militares disponíveis, pela supervisão do abastecimento das tropas e pelo desempenho de missões especiais.

vigorava, uma vez que, o importante não era a dinastia a que pertencia e sim quem o estava escolhendo e legitimando-o como Imperador.

Notamos em alguns trechos da obra do historiador grego, que redigiu a *Res Gestae*, a inserção do estrangeiro nesse processo de seleção do governante. Muito embora, essa percepção tenha ocorrido a partir do momento em que alcançamos a subjetividade do autor; assim, consideramos ainda que muito do que escreveu estava imbuído de sua relação com o seu presente.

O caso do Imperador Joviano:

Quando Amiano Marcelino se remete ao processo de sucessão Imperial, vemos a intensa movimentação do exército. O que podemos observar, ao analisarmos o trecho a baixo, em que Amiano nos relata como a ascensão do Imperador Joviano, aconteceu após a morte de Juliano, último imperador da dinastia Constantiniana. Em tempo era senso comum, entre os escritores da época, que Joviano não foi um imperador bem sucedido, haja vista diversas passagens de Amiano Marcelino que explicitam tal pensamento (XXV, 5-10). Esta idéia se reproduz de maneira acrítica na historiografia contemporânea (PIGANIOL, 1947: 147); ao que parece pelo fato de Joviano ter feito um acordo com os Persas, cedendo a eles terras que já haviam sido conquistadas pelos romanos; Joviano ficou, desta maneira, marcado pela historiografia, apesar de ter revogado algumas leis, muito criticadas, promulgadas pelo imperador Juliano, como aquela que proibia os cristãos de lecionarem nas escolas. Assim, citamos o próprio Amiano.

1. (...) não tinha mais tempo para lamentos ou lágrimas. Depois de cuidar, da melhor maneira que os meios e as circunstâncias permitiam, para que o corpo de Juliano descansasse no lugar onde o falecido governante havia previamente escolhido; na madrugada do dia seguinte, no dia vinte e sete de junho, com o inimigo cercandonos por todos os lados, os generais do Exército em assembléia, juntamente com os comandantes das legiões e dos esquadrões da cavalaria, debateram sobre a escolha do próximo Imperador. 2. Estavam divididos entre turbulentas facções: *Arintheus e Victor*, com os outros oficiais sobreviventes da corte de Constâncio, procuraram por um adequado homem que lhe agradassem; do outro lado, *Nevitta e Dagalaifus*, assim como os chefes das Galias, tentaram procurar um homem dentro dos companheiros soldados. 3. Após alguma discussão, todos, por acordo geral, uniram-se em prol Salustius, e quando este alegou doença e idade avançada, um dos soldados de alto escalão, notando a determinada oposição de Salustius, disse: “O que você faria se o imperador (o que acontecia com frequência) em sua ausência deixasse a você a condução da guerra? Você colocaria tudo de lado e salvaria os soldados dos perigos ameaçadores? Faça isso agora, e se nos for permitido ver a Mesopotamia, os votos unidos dos dois exércitos irão decidir por um imperador legítimo”. 4. (...). Alguns soldados cabeças-quentes (como sempre acontece em crises extremas) escolheram o Imperador na pessoa de Jovianus,

comandante das tropas da casa, que foi aclamado por uma mínima consideração pelos serviços de seu pai. Ele era filho de Varronianus, um conhecido conde que se retirou para uma vida tranqüila. 5. Agora Joviano, assim que se vestiu com a roupa imperial, e saiu da sua tenda, no intuito de agilizar as fileiras dos soldados, que estavam se preparando para a marcha. 6. E assim que o exército andou por quatro milhas, aqueles no fundo, escutando algum homem gritando “Jovianus Augustus,” repetiram o mesmo som muito mais alto. Por um traço da estreita relação do nome, desde que só diferia uma letra, eles pensaram que Julianus tinha se recuperado e estava sendo aclamado pelo grito usual, mas quando Jovianus, um alto e torto homem, foi visto avançando eles suspeitaram o que tinha acontecido, e todos caíram em lágrimas e lamentações. (Amm, *Res Gestae*, XXV, 5, 1-6).

A passagem acima nos mostra as circunstâncias da eleição de Joviano na visão de Amiano Marcelino. Na qual reuniu oficiais militares e civis, embora o último não tivesse opinado na escolha. Cabe ressaltar que muitos dos generais do Exército romano eram de origem *bárbara*, haja vista aqueles que estavam presente na nomeação de Joviano para o cargo Imperial; logo após a morte de Juliano. Como destacou J.H.G.W. Liebeschuetz a crescente ascensão do estrangeiro no exército romano, chegando a alcançar altos postos de *magister militum*, também, influenciou em decisões que afetariam todo o Império (LIEBESCHUETZ, 1990: 08-09).

O historiador alemão baseia suas afirmações em passagens da obra *Res Gestae*, de Amm, principalmente aquela em que o autor grego relata a ascensão do Imperador Joviano, em que quatro generais de origem *bárbara*: Arintheus, Victor, Nevitta e Dagalaifus estão diretamente ligados na eleição do governante do Império Romano (Amm, *Res Gestae*, XXV, 5, 2). Ainda de acordo com Liebeschuetz, Nevitta, na condição de *magister equitum per Gallias*, era um dos principais assistentes de Juliano, assim como Vitor que fez carreira com esse Imperador e seguiu no seu posto nos governos de Joviano e Valente.

Notamos desse modo, um dado muito importante: coube também a *estrangeiros* a escolha do novo Imperador. Esses episódios expõem a importância que os *bárbaros*, dentro do *limes* romano, vinha adquirindo. Dessa forma podemos dizer que os generais de origem *bárbara* influenciaram em toda a política do Império, com especial atenção, ao seu prestígio quando da eleição do novo governante de Roma.

A questão salientada nos faz ressaltar o hibridismo cultural⁵ que há nos escritos de Amiano, principalmente na passagem do documento, a cima, destacada. Notamos que o autor antioquiano não demonstrou preocupação com essa questão, pois para Amiano esses *estrangeiros* estariam

⁵ Conceito por nos trabalhado na Introdução, do presente trabalho. Tendo levado em consideração as colocações de Burke sobre a relação entre duas, ou mais, culturas diferentes.

integrados na *civilização*⁶, ou seja, na cultura Romana. Com a percepção da subjetividade do autor, podemos expressar que, embora não demonstre preocupação aparente com os *bárbaros* que estão no exército, em crescente ascensão, o autor inquietava-se com os que ameaçavam as fronteiras do Império. Notamos no discurso do escritos tardo-antigo as transformações que estavam ocorrendo no seio da Identidade romana, isto quer dizer que os elementos estrangeiros já pertencentes ao corpo bélico romano construía Identidades junto com os romanos.

Outro ponto, que merece atenção, é a afirmação que Peter Heather faz em seu texto *Ammianus on Jovian*, no qual “para Amiano, Joviano não era, a despeito da primeira impressão, um legítimo Imperador Romano.” (HEATHER, 1999: 107). Sendo assim, na visão daquele historiador britânico Joviano seria um usurpador do poder Imperial.

O historiador inglês fundamenta sua argumentação no trecho da obra de Amiano em que o autor grego desfavoreceu o novo governante. Passagem essa que o historiador antioquiano desmerece Joviano, enfatizando somente aquilo que desqualificava o governo do então Imperador: desde o stress causado quando da sua escolha, tendo acontecida no meio de uma guerra e após a morte de Juliano – ideal de governante para Amiano. Sublinha, ainda, a falta de habilidade do governante na condução da guerra contra a Pérsia, na qual Juliano já havia tomado à dianteira.

A nosso ver, acreditamos ser perigosa essa afirmação, visto que, embora Amiano conferisse ao governo do Imperador Joviano uma imagem negativa de sua administração, principalmente pelo acordo que o governante fez com a Pérsia; e devemos levar em consideração aqui, que o historiador antioquiano escreveu sua narrativa anos depois do termino desse governo. No decorrer da leitura da obra do escritor grego percebemos que embora o autor desaprovasse a escolha do novo governante, considerava ele um legítimo Imperador Romano.

Posto que ao compararmos o relato de Amiano em torno do governo de Joviano com sua descrição da tentativa de usurpação de Procópio, personagem que se proclama Imperador durante o reinado de Valente (livros XXVI a XXVII), percebemos diferenças cruciais postas por Amiano entre os dois personagens, Joviano e Procópio. No decorrer do trabalho procuraremos mostrar como o historiador tardo-antigo relatou a insurreição de Procópio, nos levando a acreditar que o considerava um usurpador do poder Imperial. No entanto o aparente desgosto do antioquiano

⁶ Lembramos que o termo civilização pode nos remeter a idéia de superioridade, mas era como Amiano Marcelino via a Sociedade Romana.

pelo governo do sucessor de Juliano não o coloca na ilegitimidade. Acreditamos que ao narrar os feitos do Imperador eleito pela junta militar, órgão esse que o autor antioquiano respeitava, mesmo não aprovando sua escolha, reconhece em Joviano o direito a púrpura Imperial, assim sendo, sua legitimidade.

Como observa R. Malcolm Errington, em seu livro: *Roman Imperial Policy, from Julian to Theodosius* (2006), Amiano comenta sarcasticamente que teria sido as virtudes do pai de Joviano, Varroninus, um aposentado comandante das guardas (*comes domesticorum*), que o colocara no posto mais alta da administração Roman. Ainda segundo o historiador inglês o autor grego teria dessa maneira insinuado que uma facção de oficiais superiores era, em grande parte, responsável pela seleção Imperial na pessoa de Joviano. No entanto, ninguém presente duvidou da validade dessa precipitada eleição. (ERRINGTON, 2006: 19).

Podemos dizer, portanto, que o militar Amiano Marcelino não aprovava o governo de Joviano, e não que o considerasse um usurpador, ou nas palavras de Heather tenha se “beneficiado de um *coup d'état*.” (HEATHER, 1999: 107). Em relação a esse assunto, em oposição a opinião de Heather citamos Gilvan Ventura da Silva (1993: 102-103), que ao elencar uma lista de usurpadores do poder Imperial Romano, em sua dissertação, não considera Joviano um usurpador (ver anexo).

O governo pós-Juliano teve uma curta duração, devido ao precoce falecimento de Joviano, após 8 meses de sua eleição. Em vida, o Imperador Joviano, deixou a cargo de seu filho a continuação de sua administração, mas quando morreu seu filho ainda era muito pequeno e não tinha condições de governar. Assim, os militares se reuniram novamente para encontrar alguém que atendesse suas expectativas e fosse digno de ostentar a insígnia Imperial.

O caso do Imperador Valentiniano I e do usurpador Procópio:

3. (...) o exército marchou rumo a Nicéia, que é a metrópole das cidades de Bithynian, e os principais dirigentes civis e militares, ocupados com importantes negócios para o bem-estar geral, e algumas vezes até sem fôlego, com esperanças vãs, voltaram seus olhares para um governante que tivesse por longo tempo a sua dignidade comprovada. (Amm, *Res Gestae*, XXVI, 1, 3).

Roma ficou dez dias sem um governante, isso se concretizou devido ao fato de que quando os chefes dos exércitos romanos se encontraram para decidir quem era digno de possuir a púrpura Imperial, escolheram Valentiniano I (364-375 d.C.), comandante do exército, que no momento

de sua aclamação não se encontrava ao lado de seus companheiros. A cúpula militar decidiu mandar um mensageiro avisar o selecionado, e trazê-lo ao encontro deles. A historiografia atual comenta que o novo Imperador, escolhido pelos militares, não possuía nenhuma preparação para o cargo ao qual foi eleito.

4. E rumores, obscuros sussurros de alguns, tocaram no nome do Aequitius, que estava naquele momento na tribuna da primeira divisão dos *targeteers*, mas ele não encontrou um julgamento favorável das mais importantes autoridades, porque ele era um pouco rude e grosseiro. Em seguida, voluvelmente, trocaram de opinião e apoiaram Januarius, um parente de Joviano, que tinha cargo de vigário-geral no departamento, em Illyricum. 5. Ele também foi rejeitado porque ele estava morando muito longe; e sob a inspiração dos poderes do céu Valentiniano foi escolhido sem uma voz dissidente, como tendo todos os requisitos adequados; ele era comandante da segunda divisão do *targeteers*, e havia sido deixado para trás em Ancyra, para seguir mais tarde, de acordo com as ordens. E como ficou acordado sem contradição, que isto era para o bem do Estado, enviados foram mandados para apressar a sua vinda, mas por dez dias, ninguém deteve o leme do império, que o profeta Marcus, na seqüência da inspeção das entradas de Roma, tinha declarado que aconteceria naquela época. (Amm, *Res Gestae*, XXVI, 1.4 - 5).

A elite do exército se reuniu para decidir quem melhor governaria Roma, e mais uma vez destacamos aqui que essa elite era formada pela conjunção de *bárbaros* e romanos, e escolheram a pessoa de Valentiniano I para receber a Púrpura Imperial. Não contente com a nomeação pelos generais do corpo bélico romano, Valentiniano I, fez um discurso para todos os soldados que se encontravam presente quando de sua nomeação, esperando sua aceitação por aqueles que lutaram, lutavam e lutariam junto a sua pessoa, na defesa do Império.

Amiano descreve todo o discurso de Valentiniano I quando de sua aclamação (Amm, *Res Gestae*, XXVI, 2.3-11), ou melhor, o que se recordava dele, tendo em vista que Amiano Marcelino escreve esse relato anos após o governo do referido Imperador. O escritor antioquiano demonstra grande admiração, e como veremos mais adiante não só aprovou seu governo como deu total suporte a administração desse governante. Defendendo-o contra quem se disse sucessor legítimo por estar ligado a casa dos Constantinos, foi o caso de Procópio classificado pelo autor grego como um usurpador do poder Imperial.

Quando descreve o discurso pronunciado por Valentiniano I aos soldados, observamos que Amiano Marcelino aceitou e concordou com a escolha do novo imperador; uma vez que ressaltou o valor do então governante do Império Romano, enaltecendo sua *autoridade de Imperador*, e sublinhando seu lado político. Dessa forma, o historiador grego valorizou o

governo do Imperador nomeado pela cúpula militar romana, destacando-o como *um homem com sério propósito, para ser governante do Império*, em suas próprias palavras. O Imperador escolhido pela elite militar, após tal discurso, é exaltado por todos os soldados que ali se encontravam. Não passa despercebido que dentre eles encontravam-se *bárbaros* e romanos.

Acentuamos que tal momento era o de uma intensa entrada de *bárbaros* no *front* romano. Tratava-se de um momento bélico delicado, pois havia a necessidade de aumento do contingente militar para melhor defesa do território romano. Diante desse fato tudo leva a crer que nos episódios de ascensão dos Imperadores, Joviano e Valentiniano I, ouve a intervenção conjunta de romanos e *bárbaros*, logo caberia, também, ao elemento *estrangeiro* a aceitação do governante do Império Romano.

Ao expor seus planos de governo, no discurso após sua aclamação, Valentiniano I chama a atenção para a necessidade da *escolha de um confrade com igual poder*. De acordo com Amm, o Imperador recém aclamado colocou seu plano em prática antes de sair da cidade de Nicéia, para isso convoca, ao mesmo tempo, o chefe civil e militar para lhe dar conselhos quanto a possíveis nomes para o cargo, de cônsul. Acompanhando a narrativa de Amiano observamos o desafio de Dagalaifus, chefe da cavalaria:

1. Agora Valentiniano foi escolhido imperador na Bitínia (como já dissemos antes). Ele deu o sinal para o marcha no dia seguinte, mas antes, reunindo os principais funcionários civis e militares, como se estivesse pronto para seguir bons e seguros conselhos, e não a sua própria inclinação, perguntou quem deveria ser escolhido como parceiro no governo. Quando todos os outros estavam quietos, Dagalaifus, naquela época comandante da cavalaria, respondeu sem vacilar: "Se você ama os seus familiares, excelente imperador, você tem um irmão; se é o estado que você ama, procure outro homem para vesti-lo com a púrpura." 2. O imperador, irritado por isso, mas mantendo o silêncio e dissimulando seus pensamentos, forçando o ritmo, entrou em Nicomedia no dia primeiro de março, e nomeou seu irmão, Valente, chefe estável e com a categoria de tribuno. (Amm, *Res Gestae*, XXVI, 4,1-2).

Valentiniano I escolhe seu irmão Valente para ser seu companheiro de governo, não dando ouvidos ao que o chefe da cavalaria havia dito; Amiano deixa transparecer, assim, a autoridade que o Governante escolhido transmite, sabendo que ninguém teve coragem de contrariar sua decisão. Nas palavras de Errington "Considerações dinásticas tinha mais uma vez derrotado qualquer pensamento de escolher o melhor homem" (ERRINGTON, 2006: 21).

Após esse episódio, em que Valentiniano I escolhe seu irmão, Valente, para dividir as funções administrativas do Império, podemos observar a já divisão de funções, ressaltando aqui que não

estamos nos referindo à separação jurídica do Império, que ocorreu anos mais tarde. Tal momento é descrito por Errington como “o termino do período de um só governante, de forma que não veremos acontecer à reunificação das funções imperiais nas mãos de um Imperador somente” (ERRINGTON, 2006: 21).

No início da administração dos dois irmãos, Procópio se proclamou descendente dos Constantinos, querendo com isso, requisitar para si o cargo mais alto da hierarquia administrativa romana, o Imperador. Personagem esse, natural da Cilícia, e embora tenha sido companheiro de Juliano, tendo até comandado um exército durante a invasão da Pérsia, notabilizou-se no secretariado na corte de Constâncio II. Amiano declarou o siciliano um Usurpador, e como veremos nas passagens que se segue, esse tinha um apoio mínimo da população local e de alguns comandantes das tropas. É importante analisar, nesse momento, as discordâncias que havia dentro do próprio exército, deixando brechas para usurpações. O apoio de facções do Exército a Procópio nos remete a idéia de não homogeneização desse órgão, ao contrario, ajuda-nos a perceber a diversidade identitária que existia no seio da organização militar romana.

O usurpador Procópio não consegue levar adiante seu intento, embora tenha conseguido sustentar essa situação por alguns meses, do ano de 366/367 d.C., acaba perdendo o apoio que tinha das tropas para Valente, até que é derrotado e morto em 367 d.C. Procópio contava com o auxílio de alguns generais para apoiá-lo, ao mesmo tempo, Procópio tentaria persuadir outros comandantes que ele fazia parte da dinastia Constantiniana, como Amiano nos dá a entender na passagem que se segue. Buscara, também, com o mesmo raciocínio, o apoio dos Godos. Sendo esses, os Godos, *bárbaros selvagens*, perante a própria classificação do autor militar. Povo que vivia além do *limes* romano, embora, como deixara transparecer o historiador antioquiano, esses possuíam acordos de paz, de longa data, com os romanos.

(...) Finalmente, ele (Procópio) começou gaguejando pequenas locuções, e dizendo pouco, justificando sua ação pelo seu relacionamento com a família imperial. Em seguida, primeiro pelos baixos sussurros de um pequeno grupo que havia sido contratado para o propósito, mais tarde, por uma tumultuosa aclamação das pessoas, ele foi saudado como imperador de maneira desordenada, assim apressadamente foi para a Casa do Senado. Lá, não encontrou nenhum dos ilustres senadores, mas apenas um número reduzido de pessoas sem voz para protestar; com passos rápidos apressou-se em direção ao palácio, e entrou nele com um infeliz passo. (Amm, *Res Gestae*, XXVI, 6, 18).

(...) o rei Godo, que já tinha se reconciliado, teria enviado três mil homens para o auxílio de Procópio, esse povo teria sido guiado pela relação do usurpador com a casa dos Constâncio, então mostrada; e Marcellus passou para o lado dele, e também, porque

ele não tinha aprendido ainda o que tinha acontecido em Illyricum. (Amm, *Res Gestae*, XXVI, 10, 3).

Examinando essas passagens, da obra de Amm, conseguimos detectar a interferência direta na sucessão imperial romana do *bárbaro selvagem* isto é, dos elementos estrangeiros que ainda não haviam sido adaptados ao Exército romano, como definiu o historiador gregos a respeito dos *silvícolas*⁷. que vivia além dos limites do Império. Ao enviar tropas para o auxílio do usurpador, os Godos tomaram uma posição em relação a quem deveria estar no comando do Império, o que para Amiano é um ultraje, um povo que possuía acordos de paz com os Romanos colaborar com um Imperador não legítimo. Sem nos esquecermos de que Valentiniano I foi aclamado pelo exército romano, órgão esse que contava com o auxílio de *estrangeiros* para cumprirem suas tarefas, dentre elas eleger o próximo governante do território romano. Percebemos com esses acontecimentos que não é somente o *bárbaro romanizado*, mas também, o *bárbaro selvagem* que interferia nas decisões importantes do Império romano.

Amiano classificou Procópio como um usurpador do Poder Imperial, o que nos leva a pensar o porquê de não apoiar alguém que se dizia herdeiro do Império, por possuir laços dinásticos com a família de Constantino? Uma hipótese seria porque esse usurpador buscou o amparo de povos que se encontravam fora dos limites do território romano, e, para o autor militar, os *bárbaros* que não colaboravam com Roma eram incivilizados, incultos. Como vemos abaixo, foi um erro imperdoável, no que concerne a posição de Amiano, os Godos terem apoiado um imperador não legítimo. Amiano desconsiderou a desculpa dada pelos *bárbaros selvagens*, pois não tinha nenhum fundamento para o autor.

1. Após Procopius ter sido derrotado na Frígia, e a origem da contenda interna normatizou-se ao resto, Victor, comandante da cavalaria, foi enviado para os Godos, a fim de obter informações da razão clara, pela qual um povo amigo dos romanos, vinculado por tratados de uma longa e continuada paz, mandou apoio emprestado a um usurpador que estava fazendo guerra contra o legítimo imperador. Ele, a fim de desculpar a sua ação, com uma forte defesa, apresentou uma carta de Procopius, na qual ele afirmava que ele tinha assumido a soberania que lhe era devido, por ser quase relacionado com a família de Constantino, e eles acharam que seu erro era perdoável. (Amm, *Res Gestae*, XXVII, 5, 1).

Conclusão:

⁷ Selvagens.

Assim, através da narrativa de Amiano buscamos ressaltar os aspectos político-militar que estavam instaurados no processo de sucessão Imperial, num momento em que o *bárbaro* fazia cada vez mais parte do cotidiano militar romano. Mostrando, dessa forma, como esse estrangeiro inserido dentro das linhas do exército romano, e muitas das vezes atingindo altas patentes, influenciavam na escolha do cargo mais alto da hierarquia romana. Observamos durante a leitura da documentação que o *bárbaro* selvagem, ou seja, o elemento estrangeiro que não pertencia às fileiras do Exército romano encontrando-se do outro lado da fronteira, também se posicionava em relação à escolha do futuro Imperador. Como percebemos durante o relato de Amiano sobre a usurpação de Procópio e o auxílio que receberam do povo Godo além do *limes* romano. O que justifica a nossa hipótese de trabalho, de uma construção de identidade entre *bárbaros* e romanos, em destaque sua influência nas importantes decisões do Império. Buscamos entender como o elemento estrangeiro, inserido no mundo romano, colaborou na escolha de Imperadores romanos, salientando que, tanto Amiano Marcelino como outros historiadores da época, possuem a tendência de negar este fato tão importante, nos ajudando a compreender as relações imperiais do período por nós assinalado.

BIBLIOGRAFIA:

1. Documentação:

MARCELLINUS, Ammianus. *History*. With an english translation by John C. Rolfe. London: The Loeb Classical Library, 1982, 3v.

2. Historiografia:

AUSTIN, N. J. E.. *Ammianus on Warfare: na Investigation into Ammianus' Military Knowledge*. Bruxelles, LOTOMUS Revue d'edudes Latines, 1979.

BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. Coleção Aldus – 18. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003.

CARVALHO, M. M. de; FUNARI, Pedro P. A.. A história militar na Roma Antiga e o testemunho de Amiano Marcelino. In: CERQUEIRA, F. V.; GONÇALVES, A.T.M.; NOBRE, G. J. E VARGAS, A. Z.. *Guerra e Paz no Mundo Antigo*. Instituto de Memória e Patrimônio, Laboratório de Antropologia e Arqueologia/ UFPel. Pelotas, 2007. p.281-297.

CRUMP, Gary. Ammianus and the late Roman Army. *História* 23, 1972, p. 91-103.

DRIJVERS, J. W., HUNT, David. *The Late Roman World and its Historian: Interpreting Ammianus Marcellinus*. London and New York : Routledge, 1999.

ERRINGTON, R. Malcolm. *Roman Imperial Policy from Julian to Theodosius*. The University of North Carolina Press, Chapel Hill, 2006

FERRILL, Arther. *A queda do Império Romano, a explicação militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

FRIGHETTO, Renan. *Cultura e Poder na Antiguidade Tardia*. Curitiba: Juruá, 2000.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. A Legitimação do poder imperial e os problemas sucessórios nos breviários de história romana produzidos no IV século d.C. In: *História Revista*. Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFG. V.11 n.01, 2006.

HEATHER, Peter. The barbarian in late antiquity: image, reality, and transformation. In: MILES, Richard. *Constructing Identities in Late Antiquity*. London: Routledge, 1999.

_____. *The fall of the roman Empire: a new history of Rome and the Barbarians*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo: Ed. Contexto, 2004.

LEE, A. D.. *Information & Frontiers: Roman foreign relations in Late Antiquity*. Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

LENSKI, Noel. The Election of Jovian and the Role of the Late Imperial Guards. *Klio*, v. 82, no. 2, 2000, pp. 492-515

LIEBESCHUETZ, J.H.G.W.. *Barbarians and Bishops: Army, Church, and State in the Age of Arcadius and Chrysostom*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

MARROU, Henri-Irénée. *Décadence romaine ou antiquité tardive? III – VI siècle*. Éditions du Seuil, 1977.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A Antiguidade Tardia*. São Paulo: Ática, 1990.

PIAGANIOL, André. *Histoire Romaine*. Tome IV Deuxième Partie: L'Empire Chrétien (325-395). Presses Universitaires de France, Boulevard Saint-Germain, Paris, 1947.

SEAGER, Robin. *Ammianus Marcellinus: Seven Studies in His Language and Thought*. Columbia: University of Missouri Press, 1986.

SILVA, Gilvan Ventura da (Dissertação) *A Escalada dos Imperadores Proscritos: Estado, Conflito e Usurpação no IV século d.C*. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1993.

____; MENDES, Norma Musco. *As representações do poder imperial em Roma entre o Principado e o Dominato*. Revista de história, Vitória, v. 16, p. 241-270. 2004.

____; MENDES, N. M. *Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*. Vitória: EDUFES, 2006.

____, NADER, M. B. e FRANCO, S. P. (org). *As Identidade no Tempo: Ensaio de gênero, etnia e religião*. EDUSFES E PPGHIS, Vitória, 2006.

____. História, verdade e justiça em Amiano Marcelino. In: JOLY, Fábio (org). *História e Retórica: ensaios sobre historiografia antiga*. São Paulo, Editora Alameda, 2007. p.165-182.

THOMPSON, E.A.. *The Historical Work of Ammianus Marcellinus*. Cambridge: Cambridge University Press, 1947.

____. *Romans and Barbarians: The Decline of the Western Empire*. Madison, The University of Wisconsin Press, 1982.

ANEXO:

Tabela – O cargo de Imperador romano através duma cronologia

Cronologia

284	20 de novembro – Diocleciano é proclamado na Betínia.
285	21 de julho – Maximiano é proclamado César em Milão.
286	01 e abril – Maximiano é proclamado Augusto.
289/290	Expedição naval fracassada de Maximiano contra Caráusio. Caráusio é reconhecido 3º Augusto.
293	01 de março – Constâncio é proclamado César por Maximiano e Galério por Diocleciano. Logo após se dá a morte de Caráusio. Ascensão de Alecto. Entre março/junho – Constancio toma Boulogne.
296	Alecto é derrotado e morto.
297	julho ou agosto – Domício Domiciano e Aquiles usurpam o poder no Egito.
298	março – Diocleciano vence Aquiles após um cerco de 8 meses a Alexandria.
305	01 de maio – Diocleciano e Maximiano Abdicam. Maximiano Daia e Severo ascendem ao cargo de Césares.
306	25 de junho – Constâncio Cloro morre em York. Constantino ascende a Augusto. Galério aceita a proclamação mas o rebaixa a César junto com

- Maximino Daia.
28 de outubro – Maxêncio usurpa o poder em Roma.
- 307 16 de setembro – Severo morre nas Três Tavernas.
- 308 Usurpação de Domício Alexandre na África.
Abril (antes do dia 20) – Maximiano é expulso de Roma por haver conspirado contra o filho.
11 de novembro – Conferência de Carnuntum. Maximiano é obrigado a renunciar e Maxêncio é declarado inimigo público.
10 a 31 de dezembro – Licínio é proclamado Augusto.
- 310 Janeiro – Maxêncio é morto em Marselha. Nesse mesmo ano Maximiano, Galério, Licínio e Constantino são proclamados Augustos.
- 311 Supressão de Domício Alexandre. Morte de Galério.
- 312 28 de outubro – Batalha de Ponte Mélvio. Marcênio é derrotado.
- 313 Agosto/setembro – Morte de Maximino Daia
- 335 Usurpação de Caloecarus em Chipre.
- 337 22 de maio – Morte de Constantino.
09 de setembro – Os três filhos de Constantino: Constantino, Constante e Constancio são proclamados Augustos.
- 340 Março/abril – Campanha de Constantino contra seu irmão. Constante, ao término, é vencido e morto em Aquiléia.
- 350 18 de janeiro – Usurpação de Magnêncio em Autun.
1º de março – Vetranião toma a púrpura em Sírmio.
3 de junho – Nepociano usurpa o poder em Roma e é proclamado imperador.
- 350 30 de junho – Nepociano esmagado em Roma por Marcelino, “magister officiorum” de Magnêncio.
25 de dezembro – Vetranião depõe as insígnias em Navisus.
- 351 28 de setembro – Batalha de Mursa. Derrota de Magnêncio.
- 353 10 de agosto – Magnêncio se suicida.
- 355 11 de agosto – Silvano se proclama Imperador em Colônia.
06 de novembro – Juliano é nomeado César em Milão. Desposa Helena, irmã de Constâncio II.

- 360 Fevereiro – Juliano é proclamado Augusto em Lutécia.
- 361 03 de novembro – Morte de Constâncio em Mopsucrinae, próximo a Tarso.
- 363 26/7 de junho – Morte de Juliano.
27 de junho – Joviano é proclamado Imperador.
- 364 17 de fevereiro – Morte de Joviano na cidade de Dadastana (Galácia).
25/26 (?) de fevereiro – Valentino ascende ao poder em Nicéia.
28 de março – Valente, irmão de Valentino, é elevado ao cargo de Augusto em Constantinopla.
Junho – Em Navisus, Valente e Valentino procedem à divisão dos efetivos militares e dos territórios a governar.
- 365 28 de setembro – Procópio se proclama Imperador em Constantinopla.
- 366 27 de maio – Procópio é morto em Nacólia.
- 367 24 de agosto – Graciano é proclamado Augusto.
- 372 Firmo usurpa o poder na Mauritânia.
- 374/375 Firmo se suicida.
- 375 17 de novembro – Morte de Valentino I em Brigétio.
22 de novembro – Valentino II é proclamado Imperador em Aquincum.
- 378 09 de agosto – Desastre de Adrianópolis. Morte de Valente.
- 379 19 de janeiro – Teodósio é proclamado Imperador em Aquincum.
- 383 Março/ junho – Máximo usurpa o poder na Bretanha.
Agosto – Graciano é assassinado em Lyon.
- 384 Agosto – Acordo entre Teodósio e Máximo. Reconhecimento do usurpador.
- 388 28 de agosto – Máximo é assassinado por seus soldados em Aquiléia.
- 392 15 de maio – Morte de Valentino II.
22 de agosto – Usurpação de Eugênio em Lugdunum.
- 395 17 de janeiro – Morte de Teodósio em Milão.

Fonte: SILVA, Gilvan Ventura da (Dissertação) **A Escalada dos Imperadores Proscritos: Estado, Conflito e Usurpação no IV século d.C.** Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1993, p. 102-103.